



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004661-29.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Pagamento**  
 Requerente: **Francis Daniel Pio**  
 Requerido: **Odair Silverio e outro**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

**FRANCIS DANIEL PIO** ajuizou a presente **AÇÃO MONITÓRIA** em face de **ODAIR SILVÉRIO e SUELI APARECIDA HERNANDES SILVERIO**, todos devidamente qualificados nos autos.

Informa o requerente que recebeu como forma de pagamento de serviços prestados vários cheques, que foram depositados e devolvidos pelas alíneas "11" e "12". É assim é credor dos requerido pelo importe atualizado de R\$ 58.026,51. Pediu ainda honorários advocatícios em 5%, no importe de R\$ 2.901,32 e a procedência da ação.

A inicial veio instruída por documentos, fls. 4/23.

Pelo despacho de fls. 24 o autor foi intimado a trazer declaração de hipossuficiência, comprovante de seus rendimentos e cópia de declaração de IR para aferição de seu pedido de Justiça Gratuita e a fls. 27/28 encartou os documentos de fls. 29/38, comprovando sua situação regular junto a Receita Federal (isento de apresentar declaração) e ainda novos documentos comprobatórios de suas alegações iniciais.

É o relatório.

**DECIDO, antecipadamente para o fim de proclamar a ocorrência de prescrição.**

**1004661-29.2018.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Cuida-se de ação monitória para cobrança de cheques (vários conforme fls. 08/18), todos emitidos no ano de 2012.

O tomador de um cheque devolvido pela Casa Bancária tem a sua disposição (observada a questão temporal) três tipos de ação para obter seu pagamento **sem necessidade de prova da causa**:

1º - A execução, cujo prazo é de seis (06) meses contados após terminado prazo de apresentação (de 30 ou 60 dias). Passado esse prazo, dizemos que o título está prescrito.

2º - Ação de Enriquecimento Ilícito prevista na Lei do cheque, cujo prazo é de dois (02) anos contados do dia em que se consumou o prazo de execução.

3º - Ação monitória com base no entendimento consolidado na Súmula 299 do STJ, no prazo de cinco (05) anos, contados do dia seguinte a data de emissão estampada na cártula como prevê a Súmula 503 do mesmo sodalício.

Por fim pode se valer da ação ordinária de cobrança não cambial na qual o portador do cheque não mais se beneficia dos predicados decorrentes dos princípios que informam o regime jurídico cambial. **Nela o devedor poderá discutir a causa que originou o saque e opor quaisquer exceção contra o autor da demanda.**

E, o ajuizamento da MONITÓRIA, como no caso, decorrido o quinquênio, justifica a proclamação da prescrição da ação, questão já pacificada pela jurisprudência do E. Tribunal e do C. STJ: "MONITÓRIA. CHEQUE. AJUIZAMENTO APÓS O DECURSO DO QUINQUÊNIO LEGAL. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. CÁRTULAS EMITIDAS PELO APELADO QUANDO AINDA VIGENTE O CÓDIGO CIVIL DE 1916 – APLICAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 EM DECORRÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 2028 E ARTIGO 206, PARÁGRAFO 5º, I, DO CÓDIGO CIVIL VIGENTE – SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO." (TJSP, APELAÇÃO 010644-91.2009.8.26.0000, 37ª Câmara de Direito Privado, rel. Irineu Fava, j. 10.11.11).

Nesse mesmo sentido cabe ainda destacar:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

“VOTO N. 31978 – APELAÇÃO 1051263-89.2016.8.26.0100 – Comarca de São Paulo – Apelante: Ivan Pereira Diniz – Apelado: Eliezer Domingues de Lima – Espólio – “Ementa: MONITÓRIA – COBRANÇA FUNDADA EM TÍTULOS E DOCUMENTOS ESCRITOS DATADOS DE 2009, COM AJUIZAMENTO DA AÇÃO SOMENTE EM 2016 – SENTENÇA DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – CPC/15, ART. 487, II E ART. 206, PARÁGRAFO 5º, I, CC/02 – SÚMULA 18 DO TJSP – decorrentes eventuais danos morais também prescritos – extinção mantida – recurso improvido.”

Cabe ainda destacar o contido na Súmula 18 do TJSP, in verbis: “EXIGIDA OU NÃO A INDICAÇÃO DA CAUSA SUBJACENTE, PRESCREVE EM CINCO ANOS O CRÉDITO OSTENTADO EM CHEQUE DE FORÇA EXECUTIVA EXTINTA (CÓDIGO CIVIL, ART. 206, PARÁGRAFO 5º, i)”.

Assim, outra alternativa não há senão a proclamação da extinção do feito pela prescrição.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 487, II do CPC (OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO).**

Nesta oportunidade, fica deferido ao autor, os benefícios da gratuidade de justiça.

Publique-se e Intime-se.

Oportunamente, ao arquivo, com a anotações de praxe.

São Carlos, 12 de junho de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**